

CAE ANALISA PROPOSTA DE INCENTIVO À AGROINDÚSTRIA

Reunida hoje a partir das 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciará, entre outros assuntos, projeto do senador Álvaro Dias que obriga o BNDES a investir no mínimo 22% de seus recursos na agroindústria.

PÁGINA 2



Os senadores também examinarão projeto apresentado pelo deputado Paulo Paim com o objetivo de preservar os direitos do trabalhador demitido por justa causa

Senadores cobram ação urgente na área social

A necessidade de erradicar a miséria e de o governo voltar atrás na decisão de reduzir a cesta básica foram os temas de pronunciamentos feitos ontem pelos senadores Marina Silva e Pedro Simon.

PÁGINA 7

Plenário discute regras para serviços de saneamento

Projeto em pauta define as atribuições de cada esfera de governo, estabelece regras estáveis para concessões e procura tornar o setor mais eficaz e atrativo para a iniciativa privada

Os senadores discutem hoje, em turno único, projeto de lei do senador licenciado José Serra que estabelece normas para o funcionamento dos serviços de saneamento. O texto fixa a competência de cada esfera de governo em relação ao poder concedente,

permite que sejam criadas entidades supramunicipais para gerir os serviços em dois ou mais municípios e, estabelecendo regras estáveis, procura tornar o setor mais eficaz e atrativo para os investidores privados.

PÁGINA 3



O presidente e o vice-presidente da comissão, senadores Ramez Tebet e Carlos Wilson, integram a comissão

CPI dá início a investigação em tribunal de MT

A comitiva designada pela CPI do Judiciário para se deslocar até Cuiabá começa hoje a investigar as denúncias feitas contra integrantes do Tribunal de Justiça de Mato Grosso pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral.

Hoje e amanhã, os seis senadores que fazem parte da comitiva ouvirão o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira; o presidente do Tribunal de Justiça, Wandyr Clait Duarte; o presidente da Assembleia Legislativa, José Geraldo Riva; e o presidente da OAB-MT, Ussiel Tavares Filho.

PÁGINA 5

CAE examina estímulo à agroindústria

Projeto de Álvaro Dias, que tramita em caráter terminativo e tem parecer favorável do relator, senador Gilberto Mestrinho, exige a aplicação de pelo menos 22% dos recursos do BNDES no financiamento do setor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, a partir das 10 horas, para apreciar seis matérias, entre as quais projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que exige a aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES no financiamento de projetos agroindustriais. O projeto recebeu parecer favorável do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e será examinado em caráter terminativo — o que dispensa sua votação pelo plenário, exceto se houver recurso em contrário, assinado por, no mínimo, nove senadores.

Também será votado em caráter terminativo pela CAE projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que acrescenta um dispositivo à lei sobre política agrícola, para estabelecer que o Poder



Público deve incentivar prioritariamente a agricultura irrigada mediante o estabelecimento de tarifas subsidiadas para pequenos e médios produtores rurais. A matéria tem parecer favorável

do senador Freitas Neto (PFL-PI).

Consta ainda da pauta da comissão pedido do estado do Rio de Janeiro para emissão de Letras Financeiras do Tesouro estadual no valor de R\$ 956,7 mi-

A Comissão de Assuntos Econômicos apreciará também proposta de Lúcio Alcântara destinada a incentivar a agricultura irrigada

lhões, destinados à rolagem de 95% da dívida mobiliária do estado vencível no segundo semestre deste ano.

A CAE deverá apreciar também projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada. O relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), é favorável à proposta.

Outro projeto que deverá ser votado pela CAE é o do senador Luiz Estevão

(PMDB-DF) que exclui da chamada Lei Camata as despesas com pessoal das áreas de segurança, saúde e educação no Distrito Federal. O parecer, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), é favorável, na forma de substitutivo.

A comissão apreciará ainda projeto do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que, ao regulamentar o artigo 43 da Constituição, estabelece que a União poderá criar "regiões de desenvolvimento" definidas a partir de condições geoeconômicas e sociais semelhantes e de indicadores de situação econômica e social que as colocam abaixo das médias nacionais. O parecer, do senador Freitas Neto, é favorável, com emendas.

A CAE é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).



TERÇA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 1999

AGENDA

PRESIDÊNCIA

Antonio Carlos Magalhães
12h - Recebe Ricardo Teixeira, presidente da CBF
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 7/95, revoga os arts. 723, 724 e 725 do Decreto-Lei nº 5.452/43, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho; *PLC nº 20/99, acrescenta artigo à Lei nº 9.099/95 (juizados especiais cíveis e criminais); *PLS nº 266/96, que estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o inter-relacionamento entre União, estados, Distrito Federal e municípios em matéria de serviços públicos de saneamento; *PDL nº 124/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação São Benedito da Lapa para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade da Lapa (PR); *Mensagem nº 76/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Sérgio de Queiroz Duarte para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Austrália, exercer a de embaixador do Brasil junto às repúblicas da Croácia e Eslovaca; *Mensagem nº 140/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Pedro Paulo Pinto Assumpção para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Panamá; *Mensagem nº 160/99, submete à deliberação do Senado a escolha de José Nogueira Filho para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel; *Requerimento nº 479/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 495 e 496, de 1999, por versarem sobre o benefício previdenciário às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais vitimados por ações tipificadas como crimes; *Requerimento nº 493/99, da senadora Marina Silva, solicitando a retirada do PLS nº 255/99, que institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos; e *Requerimento nº 494/99, do senador Luiz Estevão, solicitando a retirada do PLS nº 514/99, que altera dispositivo da Lei nº 8.666/93, para instituir a retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

COMISSÕES

9h30 - Comissão Mista para Erradicar a Pobreza
Pauta: Exposição de Sônia Rocha e Ana Peliano, técnicas do Ipea. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Entre outros, *PLS nº 156/99 - Complementar, regulamenta o inciso I, do parágrafo 1º, do art. 43 da Constituição federal; *PLS nº 13/99 - Complementar, altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; *PLC nº 21/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; *Ofício "S" 23/99, encaminha ao Senado parecer Dedip/Diare-99/157, de 1999, contendo a manifestação do Banco Central do Brasil relativa ao pedido do governo do estado do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1999; e *PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de

aplicação de no mínimo 22% dos recursos do BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústrias. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h30 - Comissão de Educação
Pauta: Entre outros, *PLS nº 218/99, que denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo, de Calatino; *PLS nº 22/99, que denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174; *PLS nº 360/99, que denomina Governador Edmundo Pinto trecho da Rodovia BR-364; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta Pela Reforma Agrária; *PLS nº 427/99, que altera o nome do Aeroporto Internacional de Macapá; *PLS nº 340/99, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; *PLS nº 339/99, que denomina o trecho da BR-262, entre o bairro Jardim América e o Trevo da Ceasa, no município de Cariacica (ES), como Mário Gurgel; e *PLC nº 38/99, que denomina Rodovia Ulysses Guimarães a BR-282. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*
15h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: Relações comerciais entre Brasil e Argentina. *Anexo II - Sala T-24 da Câmara dos Deputados*
17h - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Reunião interna. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *PLC nº 26/98, que estabelece sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo (CPAQ). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*
18h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Entre outros, *PL nº 15/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 12,8 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-feira (22.9.99)
10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara*
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; *PDL nº 59/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Televisão de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão, sons e imagens na cidade de Uberlândia (MG); *PDL nº 79/98, aprova o ato que renova a concessão da Fundação São José do Paraíso para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraisópolis (MG); *PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi); e *Requerimento nº 335/99, do senador Romero Jucá, solicitando a dispensa do reexame do PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos

índigenas e tribais em países independentes, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Quinta-feira (23.9.99)
10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: **PLC nº 10/98, que dispõe sobre gratuidade de transporte para os idosos; e *Projeto de Resolução nº 79/99, que concede autorização global aos estados para contratar operação de crédito junto ao governo federal, destinada a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado pela Lei nº 9.424/96, nos termos da MP nº 1.861-15 de 1999, e suas posteriores reedições.

Sexta-feira (24.9.99)
9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira (22.9.99)
9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Entre outros, *PLS nº 206/99, que institui o Programa de Complementação Alimentar a Famílias Carentes (Proalimentar); *PLS nº 112/99, altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; *PLS nº 247/99, que dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
9h - Subcomissão de Rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Entre outros, *PLS nº 66/99, que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades sócio-econômicas; *PLS nº 73/99, que dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários possuidores e criadores de cães perigosos; e *PLS nº 113/99, que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça Pit Bull. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
17h - Comissão de Assuntos Econômicos
Exposição do governador Mário Covas, acerca das operações de crédito de interesse do estado de São Paulo em tramitação no Senado. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
17h30 - Subcomissão para acompanhamento e investigação de casos de exploração do trabalho e prostituição infanto-juvenis
Audiência pública com a secretária de estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, Vanda Engel Aduan. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
Após Ordem do Dia - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Entre outros, *Mensagem nº 161/99, submete à aprovação do Senado o nome de Antônio José de Barros Levenhagen, para exercer o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho; e *Mensagem nº 167/99, submete à aprovação do Senado o nome de Ives Gandra da Silva Martins Filho, para exercer o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senadores apreciam normas para serviços de saneamento

Objetivo da proposta é garantir eficiência na ações adotadas nesse setor e torná-lo atrativo para o investimento das empresas privadas

O plenário do Senado discute em turno único hoje, entre outras matérias, projeto do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) que visa, segundo seu autor, oferecer instrumentos adequados para que as ações de saneamento sejam exercidas de forma eficiente, permitindo também que a execução desses serviços se torne atrativa para a iniciativa privada, mediante regras estáveis para as concessões.

José Serra destaca, na justificativa, que a proposta estabelece diretrizes sobre a competência de cada esfera de governo em matéria de poder concedente, lembrando que inova ao abrir a possibilidade de criação de órgãos ou entidades supramunicipais para gerir serviços públicos de saneamento de interesse de dois ou



Proposta de José Serra abre possibilidade de criação de órgãos supramunicipais para saneamento

mais municípios. A matéria recebeu pareceres favoráveis dos relatores, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e do ex-senador Francisco Benjamim

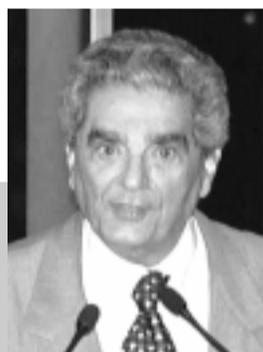
(PFL-BA), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A pauta do plenário para hoje inclui ainda projeto de lei da Câmara, de autoria do deputado Paulo Paim (PT-RS), destinado a preservar os direitos do trabalhador demitido por justa causa, e que recebeu parecer favorável do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Outra proposta em discussão, de iniciativa do presidente da República, modifica a lei que trata dos juizados especiais cíveis e criminais para que suas disposições não se apliquem no âmbito da Justiça Militar. A matéria recebeu parecer favorável do relator Romeu Tuma (PFL-SP). Propostas que tratam da renovação de concessão de rádio e de indicação de embaixadores também serão analisadas hoje pelos senadores.

Subcomissão de Rádio e TV vai indicar suplentes

A Subcomissão de Rádio e TV transferiu para amanhã, às 9h, a reunião anteriormente convocada para hoje. Está incluída na pauta a indicação dos suplentes da subcomissão e a definição do horário de suas reuniões. Também serão apreciados quatro requerimentos, entre eles um de autoria do senador Djalma Bessa (PFL-BA) que propõe a realização de um ciclo de palestras sobre experiências estrangeiras de rádio e televisão.



Bessa propõe ciclo de palestras sobre experiência estrangeira

Outro requerimento, do senador Amir Lando (PMDB-RO), convoca audiência pública para debater a proposta de emenda à Constituição que trata da propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão. O presidente da subcomissão, senador Pedro Simon (PMDB-RS), também apresentou a proposta de realização de um seminário sobre o tema "Rádio, Televisão e Democracia".

postura de realização de um seminário sobre o tema "Rádio, Televisão e Democracia".

Tebet faz balanço positivo da CPI do Judiciário em entrevista na TV

Em entrevista à TV Senado, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) faz uma avaliação positiva dos trabalhos da CPI que apura irregularidades no Poder Judiciário. "A CPI nasceu contestada quanto à sua constitucionalidade, mas isso foi logo superado à medida que ganhou o apoio de mais de 80% da sociedade brasileira", lembrou. A entrevista vai ao ar hoje às 8h30 e às 20h30.



Quando à recusa de dois magistrados de comparecer à CPI, o senador argumenta que é preciso fazer uma reforma profunda em todos os poderes. Para o senador, as denúncias de corrupção no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, feitas pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado em setembro, foram o principal motivo do adiamento dos trabalhos da CPI.



Fogaça é vice-presidente da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar do Mercosul

Comissão avalia os problemas no Mercosul

A Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se hoje, a partir das 15h, para "tratar dos graves problemas nas relações comerciais entre o Brasil e a Argentina".

O governo daquele país adotou recentemente medidas protecionistas e, em resposta, o governo brasileiro anunciou a imposição de barreiras a produtos argentinos. A representação brasileira na comissão é presidida pelo deputado Júlio Redecker (PPB-RS), tendo como vice-presidente o senador José Fogaça (PMDB-RS).



Senadores e deputados votarão as matérias amanhã, a partir das 10h, em cédula única. Dos 38 projetos, sete foram vetados totalmente pelo Executivo

Congresso examina amanhã vetos a 38 projetos de lei

O Congresso Nacional realizará amanhã, às 10h, sessão conjunta para apreciar vetos presidenciais a 38 projetos de lei. Desses, oito são projetos de conversão de medidas provisórias e os demais, oriundos da Câmara dos Deputados ou do Senado, além do projeto de lei do Congresso que estabelece as diretrizes orçamentárias para o ano 2000, e que recebeu vetos parciais.

Dos 38 projetos, sete foram vetados totalmente pelo Executivo. Entre esses, destaca-se o projeto da Câmara que permite a movimentação da conta vinculada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do aposentado. Outro projeto vetado em sua totalidade dispõe sobre autorização para instalação e funcionamento de empresas destinadas ao desmonte de veículos automotores. Também foi vetado integralmente o projeto que trata da obrigatoriedade da menção do nome do dublador em espetáculos filmados ou televisados.

O projeto de lei da Câmara que trata da uniformização de preços

de asfalto nos municípios da Amazônia Legal e o que dispõe sobre a indenização à companheira ou companheiro no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com morte do segurado da Previdência Social, também foram totalmente vetados e estão na pauta de votação. Ainda recebeu veto total o projeto de conversão relativo à Medida Provisória nº 1.740, que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

Sofreram vetos parciais o projeto de lei do Senado que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, com a criação do Banco da Terra, e o projeto da Câmara que torna gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania, alterando a lei que dispõe sobre serviços notariais e de registro.

Outros projetos com vetos parciais tratam do plano de carreira do Banco Central, organização da Presidência da República e dos ministérios; contrato de trabalho por prazo determinado e sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

CRE vê sanções para uso ilícito de armas químicas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprecia hoje, a partir das 17h30, projeto de lei que estabelece sanções administrativas e penais para atividades consideradas ilícitas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo. O projeto, oriundo da Câmara dos Deputados, tem parecer favorável do relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).



José Sarney preside a reunião da Comissão de Relações Exteriores, hoje, a partir das 17h30

ACM afirma que resolverá impasse sobre indicação de relator do PPA

A destituição do presidente da Comissão Mista de Orçamento é apontada pelo senador como uma das possibilidades em estudo, embora afirme que “ninguém deseja chegar a isso”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que adotará todas as medidas necessárias para resolver o impasse da indicação da relatoria do projeto do Plano Plurianual (PPA) e admitiu que a solução poderá ser até mesmo a destituição do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) da presidência da Comissão Mista de Orçamento.

— Ninguém deseja chegar a isso, mas, se for indispensável, se chegará — disse ele.

Antonio Carlos Magalhães enfatizou que, se necessário, não hesitará em intervir para assegurar a tramitação do projeto do



Antonio Carlos disse que não hesitará em intervir para assegurar tramitação da proposta

Plano Plurianual.

— Vai chegar um momento, em

data que não posso anunciar, em que nós vamos ter que tomar providências para que o projeto ande. Eu não vou ficar nessa discussão. O que eu quero é a solução, e a solução serei obrigado a dar. Tenho no Regimento os meios que me dão a ação, e vou utilizá-los tranqüilamente — afirmou.

O senador ressaltou que acompanha a decisão dos líderes majoritários, e todos os pareceres jurí-

dicos são contrários à entrega da relatoria do projeto do PPA ao PMDB.

— Os pareceres não são favoráveis ao PMDB: essa é a questão principal. A segunda é que os líderes tomaram uma posição. O presidente acompanha os líderes, conseqüentemente, a posição é a mesma — comentou.

O presidente do Senado reagiu à argumentação do senador Gilberto Mestrinho, de que o Regimento não lhe permitiria voltar atrás.

— Ele não conhece realmente o Direito, e não há nenhum parecer que lhe seja favorável — concluiu Antonio Carlos.

Martus Tavares e Everardo Maciel falarão sobre projetos

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tem reunião prevista para hoje, às 18 horas, para apreciar requerimentos que convidam o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para prestar esclarecimentos sobre o projeto de lei orçamentária para o ano 2000 e o Plano Plurianual para o período de 2000/2003, o chamado Avanço, Brasil.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), analisa, entre outras matérias, o relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho, e ainda projetos que abrem créditos especiais e suplementares a vários ministérios e a órgãos do Executivo e do Judiciário.

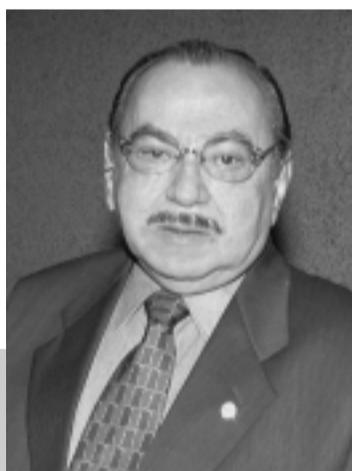
Mestrinho vê mudança de normas como “casuismo”

A mudança das normas que regem o Congresso e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional seria um “casuismo”, na opinião do presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho. Ele usou essa expressão ao comentar declarações do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de que a saída para resolver o impasse sobre a relatoria do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) poderia ser a sua destituição da presidência da comissão.

Um dos meios para tirá-lo do cargo seria a mudança das normas regimentais, conforme Mestrinho, uma vez que as regras em vigor não dariam abrigo para a intenção de Antonio Carlos.

— A minha destituição poderia ser interpretada como golpe. A própria mudança do Regimento seria um casuismo. Tudo que é contra a lei é ilegal — disse o presidente da comissão em entrevista concedida na tarde de ontem.

Mestrinho garantiu que não vai voltar atrás na decisão de nomear o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) para a relatoria do PPA. É que, segundo Mestrinho, o Regimento da comissão determina alternância das casas do Congresso na relatoria dos projetos. Se cancelasse a nomeação de Jader, argumentou, estaria



Gilberto Mestrinho terá hoje reunião com líderes partidários para discutir a indicação do relator do Plano

indo contra o Regimento. Mestrinho expôs essas razões em carta enviada aos líderes dos partidos, com os quais deve reunir-se hoje. O senador afirma ter recebido parecer favorável à sua posição da Assessoria Jurídica do Senado.

— Se o presidente (Antonio Carlos) quer me destituir, o problema é dele — disse Mestrinho.

Na opinião do presidente da Comissão de Orçamento, a sua destituição traria prejuízo ao país, já que atrasaria todo o processo de apresentação de emendas ao PPA. O senador Jader Barbalho está dando andamento à tramitação do projeto do PPA, segundo Mestrinho.

Hugo Napoleão poderá pedir saída de Jader

O líder do PFL no Senado, senador Hugo Napoleão (PI), fez um apelo ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho, para que volte atrás na sua decisão de indicar o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) como relator do Plano Plurianual (PPA). Se não houver acordo, Napoleão apresentará um documento ao presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando a destituição de Jader Barbalho e a nomeação de um deputado do PSDB para a relatoria.

Hugo Napoleão explicou que o recurso teria como objetivo fazer valer a decisão tomada pelo colégio de líderes da Câmara e do Senado, que estabeleceu que cabe-

ria ao PSDB indicar um deputado para a relatoria do Plano Plurianual. O senador pelo Piauí adiantou que, segundo a Secretaria Geral da Mesa do Senado, se o documento for acolhido, não caberá recurso por se tratar de matéria não constitucional.

Mesmo insistindo que a sua intenção é que o assunto seja resolvido de forma consensual, Hugo Napoleão explicou que, se Gilberto Mestrinho não cumprir o que for determinado pelo presidente do Congresso, ele também poderá ser destituído da presidência da Comissão de Orçamento. O líder do PFL revelou que, se o impasse continuar, ele apresentará documento até amanhã.

— Todos os partidos políticos com assento no Senado e na Câmara estão entendidos neste sentido. Todos eles, o PT, o PC do B, o PDT, o PFL, o PSDB, enfim, todas as representações partidárias pensam de uma maneira e o PMDB insiste em pensar de outra, quando já tem a presidência da Comissão de Orçamento, a relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias e quer também agora a relatoria do Plano Plurianual. O Congresso Nacional não é constituído de um partido só, mas de vários partidos. O PMDB não pode ditatorialmente querer ocupar todos os espaços — afirmou Hugo Napoleão.



Hugo Napoleão apresentará pedido se não for possível alcançar uma solução consensual



Luzia Toledo lamenta que os jovens brasileiros não saibam cantar o Hino Nacional

Luzia Toledo quer símbolos nacionais no currículo escolar

Os símbolos nacionais poderão ser incluídos nos currículos do ensino fundamental como tema transversal, de acordo com projeto apresentado pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES). Segundo ela, o objetivo do projeto é contribuir para a conscientização de crianças e adolescentes sobre a importância da bandeira nacional e de todos os demais símbolos.

— Hoje, muitos de nossos jovens não sabem cantar o Hino Nacional nem o da Bandeira, tampouco o da República. A juventude brasileira, mais do que nunca, está precisando de incentivos e formação para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, que permita a integração do Brasil no mundo globalizado, sem que venhamos a perder nossas ricas características nacionais — defendeu a senadora na justificativa da proposta.

Luzia Toledo lembrou que os parâmetros curriculares do ensino fundamental incluem hoje diversos temas transversais como ética, pluralidade cultural e meio ambiente.

Começa hoje investigação sobre o Tribunal de Justiça de Mato Grosso

Comitiva designada pela CPI ouvirá o presidente do tribunal, o governador Dante de Oliveira, o presidente da Assembléia Legislativa e o representante da OAB no estado

A Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário começa hoje em Cuiabá



(MT) as investigações das denúncias envolvendo membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, feitas pelo juiz assassinado Leopoldino Marques do Amaral. A comitiva da CPI é integrada pelo presidente Ramez Tebet (PMDB-MS), pelo vice-presidente Carlos Wilson (sem partido-PE), pelo relator Paulo Souto (PFL-BA) e pelos senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Amir Lando (PMDB-RO), além dos assessores do Senado Luiz Cláudio de Brito e Fernando Leite.

Os senadores encontram-se hoje às 9h com o presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Mato Grosso, Ussiel Tavares da Silva Filho, que também integrará a comitiva

da CPI. Em seguida, por volta das 10h, haverá uma visita ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado José Geraldo Riva. O almoço será em companhia do governador do estado, Dante de Oliveira.

No período da tarde, às 14h30, a comitiva fará uma visita à advogada Rosemar Monteiro, viúva do juiz Leopoldino Marques do Amaral. Às 16h, os senadores participam de audiência com o procurador da República Pedro Taques. Em seguida, por volta das 18h, eles serão recebidos pelo superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso, Cláudio Luiz da Rosa.

A programação de amanhã inclui uma visita, às 10h, ao presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Wandyr Clait Duarte, que no início da semana passada enviou ofício ao presidente da CPI, senador Ramez Tebet, colocando o tribunal à disposição para prestar quaisquer informações sobre



Tebet esclareceu que a reabertura das investigações não significa que outros casos serão apurados

denúncias envolvendo qualquer um dos seus integrantes. O retorno da comitiva à Brasília está previsto para às 13h10.

No dia 14 de setembro, a CPI do Judiciário decidiu por unanimidade prorrogar seus trabalhos até o dia 30 de novembro para investigar as denúncias feitas contra membros do Tribunal de Justiça do Mato Grosso pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, cujo

corpo foi encontrado no Paraguai, queimado e com dois tiros. Na mesma reunião administrativa que aprovou a prorrogação, foi designada a comissão que iria a Cuiabá.

Mesmo com a prorrogação dos trabalhos, o relator Paulo Souto poderá entregar, a partir do dia 5 de outubro, relatórios parciais sobre os demais casos que estão sendo apurados pela comissão.

Segundo o presidente Ramez Tebet, a decisão de investigar as denúncias relacionadas ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso não significa que serão abertas novas exceções, nem que o trabalho estará encerrado. "Cada caso é um caso", afirmou.

Quando estiverem de volta a Brasília, será marcada a data em que a juíza Nirvana Melo Viana, da comarca de Porto Calvo (AL), irá depor na comissão. Há pouco mais de duas semanas ela indicou um juiz, um promotor, um padre e três fazendeiros acusados de prática de orgias sexuais envolvendo menores.



Rocha defende uma data para chamar a atenção para a questão da reforma agrária

CE pode criar Dia Nacional da Reforma Agrária

Projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que institui o Dia Nacional da Reforma Agrária, a ser comemorado no dia 17 de abril, será apreciado hoje em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE). O projeto tem parecer favorável do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A aprovação da matéria, argumenta ele, irá instaurar no calendário brasileiro uma data destinada a chamar a atenção do poder público e de toda a sociedade para a "contundente questão da reforma agrária no país".

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) citados por Marina, existem hoje no Brasil 4,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais, que representam 42% da população economicamente ativa do campo. Segundo ela, "a estrutura fundiária do Brasil registra que 1% dos proprietários detêm 44% de todas as terras, reproduzindo uma sociedade permanentemente conflitiva.

Também em caráter terminativo, será examinado projeto de Gerson Camata (PMDB-ES) que institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano. Também será discutido projeto de Moreira Mendes (PFL-RO) que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional.

Integram ainda a pauta da Comissão de Educação nove projetos de decreto legislativo com atos que renovam a permissão ou concessão de emisoras de rádio nos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Grupo OK entrega os dados solicitados pelos senadores

Meia hora antes de encerrar o prazo dado pela CPI do Judiciário, o Grupo Ok forneceu as informações complementares solicitadas pela comissão na reunião administrativa da última

quarta-feira.

Na ocasião, os senadores estabeleceram que o Grupo Ok teria até às 17 horas para encaminhar os dados, sob pena de ser feito um pedido de auditoria ao Banco

Central.

Logo que os documentos chegaram à secretaria da CPI, foram encaminhados aos assessores da comissão para análise. Até o próximo dia 28 os senadores vão examinar as informações prestadas e concluir se elas são satisfatórias ou não. Caso a CPI julgue que os dados encaminhados são insuficientes, poderá pedir a colaboração do Banco Central.

Decisão do Supremo será analisada em reunião administrativa interna

O reconhecimento unânime pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dos poderes que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) têm para quebrar o sigilo bancário, telefônico e fiscal



de qualquer pessoa sob investigação será comunicada oficialmente hoje aos integrantes da CPI do Sistema Financeiro, em reunião administrativa interna prevista para as 17 h. O presidente da comissão, Bello Parga (PFL-MA), fez a convocação para apresentar o inteiro teor da decisão, cuja cópia já está com

assessores da CPI.

De acordo com a assessoria da CPI, as reuniões internas não têm pauta definida previamente. Além de tomar conhecimento da íntegra do posicionamento final dos ministros do STF, os senadores poderão definir os próximos procedimentos a serem adotados no decorrer das investigações.

A decisão do STF definiu normas e condições em que se deverão basear os requerimentos de quebra de sigilo. Antes, o tribunal concedera mandados de segurança a vários in-

vestigados da CPI impedindo a quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico determinado pela comissão. Segundo o presidente da CPI, esses mandados de segurança foram deferidos porque alguns senadores não fundamentaram adequadamente os requerimentos em que solicitavam a quebra de sigilo.

Parga defendeu também a aprovação imediata da proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada por Jefferson Péres (PDT-AM) regulamentando os poderes da CPI. A matéria, já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, deve ser vo-



Parga admite que alguns pedidos de quebra de sigilo não foram adequadamente fundamentados

tada em plenário esta semana. Para o presidente da CPI, a aprovação da PEC irá acabar de uma vez por todas com as dúvidas sobre os poderes das comissões de inquérito.



Arruda quer homenagear os Diários Associados, que completam 75 anos

Arruda defende *Correio Braziliense*

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) solidarizou-se com o jornal *Correio Braziliense*, acusado pelo governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, de incitar invasões de lotes em Brasília. O senador apresentou requerimento para que o tempo destinado aos oradores na sessão do dia 21 de outubro seja dedicado a homenagem aos Diários Associados, grupo de imprensa do qual o *Correio* é o principal órgão.

Arruda baseou sua proposta no fato de que os Associados comemoram 75 anos justamente no dia 21. Mas, segundo o próprio Arruda, a homenagem tem um sentido especial, tendo em vista a luta que o *Correio Braziliense* trava no momento com o governador Roriz:

— É preciso rememorar a vida, a obra e o exemplo de Assis Chateaubriand, embaixador, senador e jornalista que fundou os Diários Associados, mas também de outros grandes nomes dessa cadeia jornalística que nunca se curvou aos poderosos — disse Arruda, acrescentando que o *Correio* está sendo vítima de uma tentativa de cerceamento da liberdade de imprensa.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que o papel do poder público é esclarecer fatos e não entrar em embates diretos com a imprensa. Para a senadora Marina Silva (PT-AC), o melhor remédio para os excessos da imprensa é a democracia e a liberdade de expressão. E o senador Edison Lobão (PFL-MA), ex-colunista do jornal, apoiou o requerimento de Arruda, lembrando que os Diários Associados foram a cadeia jornalística precursora da grande imprensa no Brasil.

Jucá anuncia que governo vai lançar nova política para o desenvolvimento da Amazônia

Em nome da liderança do PSDB, o senador Romero Jucá (RR) anunciou ontem a divulgação pelo governo, dentro de alguns dias, de uma nova política de desenvolvimento auto-sustentável para a Amazônia. Segundo o senador, na reunião dos representantes dos países integrantes do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), em

Maguito aplaude decisão de construir ramal do gasoduto para o Centro-Oeste

O senador elogiou “a sensibilidade e o senso de justiça” de Tourinho, que reconheceu o equívoco cometido por seus assessores quando excluíram Goiás e o DF dos benefícios da obra

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) elogiou “a sensibilidade e o senso de justiça” demonstrados pelo ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, no reconhecimento de que a assessoria do ministério se equivocara ao não prever, no Plano Plurianual de Investimentos (PPA), a construção do ramal para Goiás e o Distrito Federal do gasoduto Bolívia/Brasil.

O senador relatou que a bancada goiana no Senado, juntamente com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e líderes empresariais e políticos de Goiás, questionaram a decisão dos técnicos junto ao ministro Rodolpho Tourinho. Após apontar “equivocos



Maguito Vilela quer preservar a competitividade de Goiás, que tem atraído investidores

na decisão anunciada precipitadamente por seus assessores”, o ministro assegurou aos representantes do Cen-

tro-Oeste que o governo já tomara a decisão política de construir o ramal do gasoduto para a região, provavelmente a partir de Araraquara (SP).

Se o governo agisse de maneira diferente, comentou Maguito Vilela, estaria impedindo que a região tivesse competitividade nos próximos anos, estancando um bem-sucedido processo de desconcentração espacial do desenvolvimento industrial. Entre 1983 e 1998, observou o senador, Goiás cresceu a índices 70% acima da média nacional, recebendo investimentos superiores a R\$ 3 bilhões de 1995 a 1997, período em que 1.500 novos empreendimentos industriais se instalaram

no estado. A manutenção e expansão desse processo estaria exigindo exatamente disponibilidade de energia barata e negar isso seria, na opinião do senador, “reforçar a terrível política de concentração de investimentos apenas nas regiões mais avançadas industrialmente, ou seja, aprofundar o quadro de desigualdades regionais”.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), em aparte, disse que a matriz energética brasileira deve integrar todas as regiões do país e sugeriu que as bancadas de Goiás e do Distrito Federal apresentem emenda ao PPA inscrevendo a construção do ramal do gasoduto no Avanço, Brasil.

Tião Viana afirma que Acre está isolado e pede vôos para o estado

Argumentando que a população do Acre tem necessidade de ser atendida com mais linhas aéreas, o senador Tião Viana (PT-AC) pediu ontem uma reflexão ética das companhias que prestam esse serviço, a fim de que não aumentem o isolamento do seu estado. Conforme o parlamentar, se um doente grave precisa ser removido para receber atendimento mais especializado no Centro-Sul, só dispõe de um vôo diário para ser transportado.

Conforme explicou, desde janeiro deste ano a Varig tem o monopólio desse vôo, impedindo que a concorrência atue na região. O senador chegou a pedir que a TAM incluísse Rio Branco no roteiro do seu vôo 813 — Manaus/Porto Velho/Cuiabá —, mas, como a Varig anunciou que pretende colocar mais um vôo na região, a concorrente se desinteressou. Na análise de Tião Viana, o Acre deixou de ter comunicação aérea com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em razão de uma decisão unilateral da Varig.

— Discutimos a gravidade do problema. Pedimos pelo menos mais um vôo para garantir o equilíbrio das comunicações com o país, mas, lamentavelmente, essa empresa não demons-

trou qualquer sensibilidade. Não entendeu que é um vôo social esse que liga o Acre ao Centro-Sul — argumentou o parlamentar.

Tião Viana disse ter levado ao comandante da Aeronáutica sua preocupação com esse problema, mas ouviu que o poder público não pode intervir num assunto de natureza comercial. “Não posso entender como uma concessionária de serviço público age assim”, reclamou ele, lembrando que Rondônia tem oito vôos diários para o Centro-Sul. O senador também afirmou que a Amazônia paga um alto preço pelo descaso das autoridades com o Norte do país.

APARTES

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a Varig comete um verdadeiro estelionato ao impedir que os beneficiários de prêmios de milhagens os utilizem em suas viagens. Detentor de um cartão-diamante, ele disse que foi avisado pela empresa de que seria baixado para cartão-ouro se utilizasse as milhagens ganhas. “Quer dizer, para manter o cartão, eu não poderia usar o prêmio”, observou o parlamentar.

Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) também acusou a Varig de “reinar acima de



Viana lamenta que a Varig não tenha demonstrado qualquer sensibilidade com o problema

qualquer reclamação na região Norte”. Romero Jucá (PSDB-RR) testemunhou que são constantes as reclamações sobre o serviço aéreo oferecido na região, e lembrou que as passagens ali cobradas muitas vezes são mais caras que as de vôos internacionais.

Moreira Mendes (PFL-RO) disse conhecer a aflição do povo acreano e definiu como “discriminação odiosa” a que as empresas aéreas fazem com esses estados. A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que a escassez de vôos na região fere o direito constitucional de ir e vir garantido a qualquer cidadão brasileiro.



Romero Jucá diz que o fortalecimento do ecoturismo e da biotecnologia é a prioridade

Senado lançará CDs e livros em feira da Bahia

Com livros a preço de custo ou distribuídos gratuitamente, o Senado Federal estará presente a partir de hoje na III Feira Internacional do Livro da Bahia, no Centro de Convenções de Salvador. No estande, o público encontrará os mais recentes lançamentos com o selo do Conselho Editorial do Senado Federal, além dos cerca de 100 títulos do Catálogo de Publicações.

Um dos pontos altos da feira, que vai até o dia 26, será a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que no dia 24 vai lançar os CD-ROMs da coleção *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro* e da *Bibliografia Básica do Legislador*. No dia seguinte, Antonio Carlos apresenta ao público baiano, juntamente com os senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Djalma Bessa (PFL-BA) e com o governador do estado, César Borges, a versão em braille da Constituição da Bahia, além da segunda edição dos *Dados Biográficos dos Senadores da Bahia* desde o Império.

No estande de 70 metros quadrados os baianos poderão ainda assistir à TV Senado, com a transmissão direta das sessões plenárias e das reuniões das comissões. Pessoal especializado também estará disponível para guiar o acesso do público à *homepage* do Senado na Internet, em diversos computadores.

O Senado participa da Feira do Livro da Bahia sob a organização da Comissão Especial das Feiras do Livro, que reúne profissionais da Secretaria de Informação e Documentação, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, da Secretaria de Comunicação Social e do Prodasen. O estande da Casa é coordenado pela diretora da Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, Simone Bastos Vieira, chefe da comissão.

Marina cobra empenho no combate à pobreza

Senadora sente-se otimista pela “unanimidade em relação à necessidade de combater a miséria” e espera que bilhões reservados no orçamento da União para objetivos sociais sejam realmente liberados na hora necessária

Na qualidade de vice-presidente da Comissão de Erradicação da Pobreza, a senadora Marina Silva (PT-AC) conclamou toda a sociedade brasileira a se empenhar nesse objetivo, com a mesma força e dinamismo que foram usados para acabar com a escravidão no fim do século passado.

Marina Silva lembrou que, em seu depoimento à comissão, o ex-governador do DF Cristovam Buarque garantiu que a pobreza pode ser erradicada no país com a aplicação de R\$ 37 bilhões:

— Como parece existir uma unanimidade em relação à necessidade de combater a miséria, sinto-me otimista. No orçamento da União, há bilhões e bilhões alocados para objetivos soci-



Marina: sociedade deve se empenhar contra a fome como fez contra escravidão

ais. O problema é que, ao chegar a hora da liberação, as verbas ficam contingenciadas — lamentou.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que na próxima semana o Senado terá oportunidade de questionar a verdadeira destinação de um empréstimo de US 2,2 bilhões do BID. “A mensagem presidencial diz que o dinheiro é para a Rede de Proteção Social, mas o ministro do Orçamento, Martus Tavares, admitiu, na Comissão Mista de Orçamento, que o dinheiro servirá para manter a credibilidade e as reservas cambiais do país.”

Para a senadora, “se é verdade que essa verba não pode ser convertida em reais”, a aprovação do empréstimo deve

ser condicionada à obrigação do governo de destinar uma verba do mesmo montante, fora do orçamento já previsto, para os programas sociais. Além da alocação dos recursos, frisou, “precisamos acompanhar a liberação para garantir que não serão, mais uma vez, contingenciados”.

Presente em plenário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, argumentou que, caso o empréstimo do BID não seja efetivamente utilizado para socorrer a população sofrida do Brasil, “o Senado deve questionar e não votar, a não ser que o governo garanta recursos do mesmo montante para os

programas sociais”.

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Maguito Vilela (PMDB-GO) também apoiaram o pronunciamento de

Marina, enfatizando a necessidade de Legislativo, governo e toda a sociedade trabalharem em conjunto pela erradicação da miséria no Brasil.

Comissão ouve hoje técnicos do Ipea

A Comissão Mista para o Combate à Pobreza vai ouvir hoje, às 9h30, as técnicas do Ipea Sônia Rocha e Ana Peliano. Na quinta-feira, às 14h, haverá a exposição dos professores Rodolfo Hoffmann e Paul Singer, pesquisadores da Unicamp e USP. A comissão tem como objetivo estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções para o problema. Na última reunião, quinta-feira passada, estiveram presentes Cristovam Buarque, ex-governador do Distrito Federal, e Arly de Lara Romeu, secretário de Assistência Social de Campinas (SP).

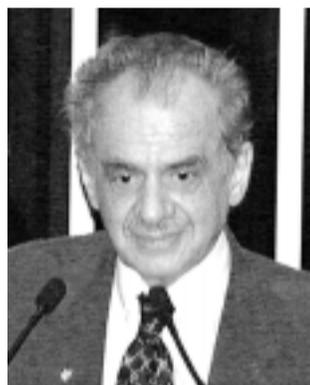
Simon critica redução de cestas básicas

Ao comentar denúncia da imprensa, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem o “encolhimento” da cesta básica distribuída pelo Programa Emergencial de Distribuição de Alimentos (Prodea), que teria passado de 25 quilos de alimentos diversos para apenas cinco quilos de feijão, e a insensibilidade do governo federal em relação a esta questão.

Simon disse ter enviado ofício ao presidente da República, em fevereiro, alertando sobre a redução na dotação orçamentária destinada ao Prodea. Segundo ele, a dotação, que era de R\$ 97 milhões em 98, caiu para R\$ 48,4 milhões em 99. No mesmo ofício, Simon advertia também para outra redução na verba orçamentária da merenda escolar, que caiu de R\$ 0,20 para R\$ 0,13 *per capita* por dia, e pedia ampliação dos recursos para os dois programas.

Segundo o senador, em março o

presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Eugênio Libreloto Stefanelo, informava já ter requerido suplementação orçamentária no valor de R\$ 250 milhões para a cesta básica, a título de crédito adicional. Além disso, continuou Simon, outros ofícios de diversas instâncias do governo foram encaminhados a ele, culminando com a resposta do secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Augusto Guimarães, que informou tratar-se “de matéria de competência exclusiva dos órgãos mencionados e do Ministério do Orçamento e Gestão”:



Simon reclamou da insensibilidade da área técnica do governo

— Onde está a sensibilidade dessa gente? Onde está o mínimo de racionalidade dessa gente? Um cidadão como esse insubstituível Eduardo Augusto Guimarães não tem a mínima compreensão da responsabilidade do cargo que ocupa — assinalou o senador.

Simon apelou ainda ao presidente da República para que pelo menos o mínimo não volte atrás e sugeriu que se utilize o instrumento da medida provisória pela rapidez na solução do problema. “Tem medida provisória para tudo. O presidente fez uma para os bancos. Por que não para isso também?”, questionou o senador.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Toda Dia — Tênis
7h30 — Especial Unip — Pílula pós-coital
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — Entrevista — O senador Ramez Tebet faz balanço da CPI do Judiciário
8h55 — Senado em Pauta
9h — Cores do Brasil — Sergipe
9h30 — Especial — Xingu. Este programa mostra as festas, os costumes, as lendas e a cultura dos povos indígenas do Parque Nacional do Xingu
10h — Entrevista — O senador Lúcio Alcântara fala sobre

projeto que garante emprego para portadores do HIV
10h30 — Especial — O Parlamento brasileiro
11h — Cores do Brasil — Pirenópolis
11h30 — Especial — Descoberto
12h — Cores do Brasil — Diamantina
12h30 — Entrevista — Senador Ramez Tebet
13h — Cores do Brasil — Pernambuco
13h30 — Especial — O Parlamento brasileiro
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (gravada)
20h30 — Entrevista — Senador Ramez Tebet
21h — Jornal do Senado
21h25 — Senado em Pauta
21h30 — Especial — Xingu
22h — Especial — O Parlamento brasileiro
22h30 — Sessão Plenária (ao vivo)

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Privatização da Embratel ameaça o programa A Voz do Brasil, diz Nabor

Depois de observar que, após ter sido privatizada, a Embratel não deverá se interessar em transmitir o programa *A Voz do Brasil*, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou ontem que os três poderes da República estão sob a séria ameaça de perder seu único canal de comunicação diária com a sociedade. “Na melhor das hipóteses, correm o risco de ver essa comunicação drasticamente reduzida, em prejuízo da causa maior da integração nacional”, disse ele.

Conforme o parlamentar, essa era uma face da privatização que muitos não previam — os custos da formação da grande rede diária para transmissão, ao vivo, de *A Voz do Brasil*. Em sua opinião, a Embratel, privatizada, naturalmente se desinteressará de continuar com tal incumbência e a pergunta a ser feita pelos homens públi-

cos empenhados em preservar esse instrumento de integração nacional é: quem e como vai pagar essa despesa?

Nabor Júnior disse que já ouviu alegações sobre a impossibilidade de geração do noticiário por emissoras do interior, assim como rumores sobre condições técnicas adversas para fazer a transmissão. Para ele, “a transmissão de *A Voz do Brasil* é um daqueles temas que se tornam polêmicos por causa da inconsciência e da voracidade de setores da nacionalidade”.



Nabor acha que três poderes podem perder canal de comunicação com sociedade

Nabor também mostrou a importância de ser veiculado diariamente um noticiário que ele define como apartidário, isento, justo, imune a preocupações comerciais ou a linhas editoriais, que, mesmo sendo legítimas, atendem apenas aos interesses dos donos de emissoras. Também disse que a voracidade está nas empresas, que, recebendo gratuitamente concessões de canais, não querem ceder uma única das 24 horas diárias de sua programação para transmitir um programa de interesse coletivo nacional.

Heloísa pede que PF apure morte de enfermeiros

Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem e sua esposa foram assassinados depois de denunciar supostas irregularidades administrativas. Outros membros da entidade já teriam sido ameaçados

Ao mesmo tempo em que cobrou do Ministério da Justiça que a Polícia Federal acompanhe as investigações sobre o crime, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) homenageou a coragem do presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, Marcos Otávio Valadão, e de sua esposa, Edna Valadão, presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, assassinados ontem.

Recordando que Edna Valadão esteve no Senado na semana passada acompanhando as discussões relacionadas à jornada de trabalho do enfermeiro, Heloísa disse que a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro e a Polícia Federal devem estabelecer como suspeitos do crime todos aqueles que foram motivo de denúncia de improbidade administrativa por parte do casal.

Este não é o primeiro caso em que enfermeiros foram assassinados após apontar irregularidades administrativas ao conselho federal da sua categoria, observou Heloísa Helena. Ano passado, outro profissional foi morto depois de encaminhar ao Tribunal de Contas da União e à Polícia Federal denúncias que permanecem sem apuração, segundo a senadora:

— Estamos exigindo da Polícia Fe-



Heloísa: "Este não é o primeiro crime contra enfermeiros"

deral que investigue todas as irregularidades que foram denunciadas desde o ano passado tanto ao TCU quanto à Polícia Federal, para que os assassinos dos enfermeiros não permaneçam impunes. Várias ameaças de morte têm sido feitas a outros membros da Associação Brasileira de Enfermagem, de conselhos estaduais e de sindicatos de enfermeiros — afirmou Heloísa.

APARTES

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) prestou solidariedade à categoria dos enfermeiros e à família do casal assassinado e também cobrou a apuração do crime. Destacando que o Rio de Janeiro vive momento delicado de violência, Marina disse suspeitar que se possa estar aproveitando esse clima na tentativa de criar uma situação de completa insegurança no estado, não obstante os esforços do governador Anthony Garotinho para moralizar os setores de saúde e segurança.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que presidia a sessão, associou-se em nome da Mesa à homenagem póstuma ao casal de enfermeiros, condenou a violência e o crime e apelou para que as autoridades federais, diante da relevância do episódio, tomassem urgentes providências.

Álvaro destaca fórum dos conselhos de Educação

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) destacou ontem a realização do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, de amanhã a sexta-feira, na cidade de Foz de Iguaçu (PR). Segundo o senador, participam do encontro secretários estaduais e municipais de Educação, reitores e docentes de universidades, além de empresários e profissionais da área, para debater uma visão geral da educação no âmbito dos acordos que compõem o Mercado Comum do Sul (Mercosul):

— O Mercosul não é simplesmente o sonho de uma integração econômica entre países da América Latina. Ele significa muito mais, pois aponta para o resgate dos ideais integradores, liberais e democráticos dos homens



Álvaro Dias: debate sobre a questão do Mercosul

que lutaram pela independência de nossos países. É um ideal de integração civilizadora que, partindo do patamar dos interesses econômicos e comerciais, alcança as esferas mais altas da cultura, da educação, da cidadania, enfim — disse.

Para Álvaro Dias, a educação assume papel relevante no processo de construção de uma identidade latino-americana, expressa pelo Mercosul, e não há como pensar a integração dos países sul-americanos sem levar em conta a educação.

“Sem dúvida, é no campo da educação que se situa o momento estratégico para a concretização dos significados que nos levarão à constituição dessa cidadania latino-americana”, assinalou.

Requião rebate acusação de Veja contra sua esposa

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) rebateu ontem acusações feitas pela revista *Veja*, de que sua esposa teria enviado dólares ao exterior de forma fraudulenta. “Isso é uma calúnia, porque ela apenas comprou dólares com o dinheiro herdado de seu pai (R\$ 100 mil) e os mantém como reserva de investimento, operação que é perfeitamente legal e acessível a qualquer cidadão brasileiro”, afirmou.

Segundo Requião, a revista o procurou antes de publicar a matéria, mas os esclarecimentos foram ignorados. “A revista tenta me envolver numa operação de envio de dólares para o exterior. Os dólares foram comprados ao câmbio de R\$ 1,19. Ou seja, US\$ 84 mil foi a parte que lhe coube nesse processo. Os R\$ 100 mil foram declarados ao Imposto de Renda. Garanti que minha mulher não vendeu os dó-

lares a ninguém. Maristela apenas optou por guardar seus ativos em dólar, moeda mais estável do que o real de papel.”

Requião solicitou à Mesa Diretora que enviasse cópia de seu pronunciamento de ontem à *Veja*. “Sinto-me impotente porque os canalhas que manejam conglomerados da imprensa estão acima do bem e do mal. O Senado precisa estabelecer uma Lei de Imprensa que garanta a liberdade, mas que ponha na cadeia canalhas, caluniadores e infamantes, como o sr. Civita”, afirmou, referindo-se ao presidente do Grupo Abril, que edita a revista.

O senador pelo Paraná garantiu que as acusações falsas contra sua mulher partiram da Assessoria de Imprensa do governador Jaime Lerner, seu adversário político. “Várias vezes denunciei que Lerner chefia uma quadrilha que está

Requião: operação legal apenas para proteger herança



quebrando o estado. Além de serem publicadas na *Veja*, as calúnias foram veiculadas na rede CNT, do deputado José Carlos Martinez, que foi derrotado por mim nas eleições do Paraná e denunciado por sua participação no assassinato de posseiros.”

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou sua solidariedade a Requião. “Além de jamais supor que V. Ex.^a praticaria uma ilegalidade, a boa fé da operação está patente, pois o dinheiro tem origem comprovada e a operação de compra de dólares foi feita por cheque administrativo”, observou.

Hartung quer que BC investigue o Banestes

As denúncias de utilização do Banco Estadual do Espírito Santo (Banestes) para cobertura de dívidas de campanha do atual governador, José Ignácio, devem sofrer minuciosa investigação por parte da área de fiscalização do Banco Central, disse ontem o senador Paulo Hartung (PSDB-ES). A operação, conforme noticiário da imprensa, é “no mínimo questionável do ponto de vista moral” e exige explicações por parte do governador, cujo comportamento não estaria ajudando no esclarecimento dos fatos, na opinião de Hartung:

— A situação é grave e exige explicações. Não adianta tentar politizar um problema que é de ordem moral — disse.

Duas questões envolvendo o Banestes precisam ser respondidas, segundo o senador. Uma delas diz respeito a empréstimo pessoal no valor de R\$ 2,6 milhões feito pelo já governador José Ignácio, em outubro do ano passado, para cobrir gastos de campanha. Essa dívida com o Banestes foi posteriormente quitada por duas construtoras paulistas — HMG Engenharia e Carlos Ernesto Construtora —, “com recursos obtidos através de empréstimos no próprio banco”, afirmou Hartung.

A outra operação a ser explicada,

acrescentou o senador, “envolve o atual diretor de Administração do Banestes, Sérgio Renato Telles Vasconcelos, irmão do vice-governador Celso Vasconcelos. Para evitar problemas com o Banco Central e poder, dessa forma, assumir o cargo, Sérgio teria transferido uma dívida pessoal de R\$ 440 mil com o banco para uma empresa de sua família, a Telles Construções e Incorporações Ltda.”.

Hartung salientou que estas não são as primeiras denúncias envolvendo o atual governador, pois recebeu informações de que “métodos moralmente inaceitáveis” teriam alterado o resultado da convenção nacional do PSDB em que José Ignácio saiu indicado como candidato do partido ao governo estadual. Os mesmos comentários teriam sido feitos em relação à campanha eleitoral “milionária” do atual governador. Não investigar as denúncias, para Hartung, é referendar processos em que prevalece “a lei do mais forte, onde o dinheiro vale mais que a honra, a probidade e o voto”.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que, à primeira vista, as operações mostram “uma situação indefensável, rigorosamente irresponsável”.



Hartung: “A situação é grave e exige explicações”



Mozarildo condena ingerência de ONGs na política indigenista

Mozarildo diz que governo não controla mais a Funai

Os intermediários da “causa indígena” são poderosos e os mecanismos de financiamentos não estão esclarecidos”, disse o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), ao apontar ontem ingerências de organizações não-governamentais na política indigenista. O senador apresentou documento da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira indicando o professor Carlos Frederico Marés de Souza para a presidência da Funai. De acordo com Mozarildo, o documento vem corroborar a tese de que o governo perdeu o comando das políticas para o setor.

O senador disse que o atual presidente da Funai, Márcio Lacerda, está tentando modernizar e democratizar o órgão, mas esbarra na atuação de escalões inferiores, que “fazem de tudo para prejudicar a sua gestão”.